



## APRESENTAÇÃO

PRESENTATION

PRESENTACIÓN

PRÉSENTATION

*Anna M. Canavarro Benite (Anita Canavarro)<sup>1</sup>*

*Cintia Camargo Vianna<sup>2</sup>*

*Mércia Otaviana Barbosa de Sá Figueiredo<sup>3</sup>*

*José Antonio Novaes da Silva Baruty<sup>4</sup>*

A ausência da população negra nos bancos escolares, marcadamente no ensino superior, é histórica. Em 1997, por exemplo, os Racinais Mc's a denunciavam em seu rap “Capítulo 4 Versículo 3”: “Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros”, em consonância com esta colocação artística, estão os dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) que há décadas apontam as assimetrias sociais e raciais existentes no Brasil. Assim, observamos em 2017 que a presença negra aumentou de 2% para 9,3% das/os matriculadas/os enquanto as/os indígenas representavam 0,9% das matrículas em 2018, um valor que duplicou desde 2014.

---

<sup>1</sup>Professora associada e coordenadora do PIBID química da Universidade Federal de Goiás. Coordenadora do Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão- LPEQI-UFG. Coordenadora do Coletivo Ciata- grupo de estudos sobre a descolonização do currículo de ciências. Ativista do grupo de mulheres negras Dandaras no Cerrado. Editora da Revista da ABPN. *E-mail:* anitabenite@gmail.com

<sup>2</sup>Professora Associada da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), pós-doutora em Estudos de Literatura, lotada no Instituto de Letras e Linguística (Ileel), atua no Programa de Pós Graduação em Letras (PPGEL). Coordena o Coletivo de Pesquisa e Estudo em Poéticas Afrolatinoamericanas e Educação para as Relações Étnico-Raciais YALODÊ – GEPLAFRO. Membro do Comitê Editorial da Revista da ABPN. *E-mail:* cintiacamargovianna@gmail.com

<sup>3</sup>Professora do Instituto Superior de Educação Verde Norte (FAVENORTE), especialista em Mídias na Educação, mestranda em Educação Científica em Formação de Professores. Membro do Comitê Editorial da Revista da ABPN. *E-mail:* barbosaotaviana@gmail.com

<sup>4</sup>Professor Titular do Departamento de Biologia Molecular da Universidade Federal da Paraíba. Fundador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígena da UFPB. Integrante do Programa de Pós Graduação do Centro de Educação da UFPB. Membro do Comitê Editorial da Revista da ABPN. *E-mail:* baruty@gmail.com



Esta situação tem passado por modificações com as recentes políticas públicas para a população negra (e outros grupos historicamente excluídos), as denominadas Ações Afirmativas, a exemplo das Cotas no Ensino Superior brasileiro, iniciadas em 2002, com a adoção das mesmas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Ao longo dos últimos anos, outras instituições de ensino superior também aprovaram vagas para grupos socialmente vulneráveis, como a população negra. Assim em 2008, cerca de 78 instituições brasileiras tinham cotas na graduação: 08 no Centro Oeste, 21 no Nordeste, 4 no Norte, 19 no Sudeste e 26 no Sul. Salientamos que tal aumento é resultado de décadas de lutas sociais, tendo como Movimento Negro brasileiro como protagonista. Nesse sentido, após inúmeros debates e embates acerca da democratização do acesso à Educação Superior, a então presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.711/2012, formalizando a “reserva de vagas” considerando os seguintes critérios: primeiro, a comprovação da condição social do estudante, tendo direito aqueles/as oriundos de família com “renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo”; segundo, a autodeclaração étnico-racial, “pretos, pardos e indígenas”, para concorrer a uma vaga nas instituições federais de ensino brasileiras.

Apesar da atual conjuntura política (2019), com gestão federal de extrema-direita, que tem prevalecido a retirada de Direitos, é fundamental a afirmação e a defesa da continuidade de políticas de inclusão racial e social, bem como sua ampliação para outros sujeitos, a exemplo da comunidade LGBTQI+, e igualmente estimular a entrada e permanência de mulheres em áreas do conhecimento nas quais elas sejam minoritárias, como ocorre nas Exatas. Resistir é preciso, já estamos assistindo os ataques da extrema direita contra esta importante conquista em favor da população negra, pois em junho deste ano, no Rio de Janeiro, um deputado estadual ligado a linhas ideológicas retrógradas e obscurantistas, durante uma audiência parlamentar ocorrida na UERJ, defendeu seu projeto racista de extinção, exclusivamente, das cotas raciais nesta instituição de ensino superior, porém mantendo esta via de acesso para filhas/os de policiais civis e militares.

Abordando o desdobramento das Ações Afirmativas, esta edição da Revista ABPN apresenta o Dossiê "A importância das Comissões de Heteroidentificação para a



garantia das ações afirmativas destinadas aos negros e às negras nas universidades públicas brasileiras”, que foi organizado pela Professora Doutora Eugenia Portela de Siqueira Marques (Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD/MS) e nos apresenta oito artigos com as experiências de Comissões de Heteroidentificação de diferentes regiões do Brasil, nos mostrando inúmeros desafios para se garantir a consolidação e a efetivação das ações afirmativas para grupos historicamente excluídos, em decorrência da desvirtuação da legislação propostas, pois são muitas as práticas de fraudes das cotas e muitas instituições de ensino superior não criaram Comissões de Acompanhamento do Acesso e da Permanência de Cotistas. De maneira que, de um lado, não se garante o acesso a quem tem direito, de outro, prevalece o racismo institucional, posto que, em geral, são insuficientes as medidas de gestores/as para impedir ou punir aqueles/as que se apropriam das vagas para “pretos, pardos, indígenas”, entre outros segmentos sociais.

Na sequência, temos três artigos livres, com a exposição de resultados de pesquisa sobre as comunidades tradicionais. Por fim, temos duas resenhas de livros, a primeira é sobre a prática de capoeira dentro do campo educacional e a segunda trata da formação da Psicologia Social no Brasil, inserindo o debate sobre a questão racial e suas mudanças ao longo de mais de um século, do final do século XIX ao XX.

Agradecemos às/aos colaboradoras/es – pareceristas, autoras/es, tradutoras/es, editoras/es, Conselho Editorial, Conselho Consultivo, Diretoria e demais membros da equipe e outros parceiros – que possibilitaram a publicação deste número, pois a Revista ABPN tem como uma de suas diretrizes: publicizar e visibilizar os trabalhos das/os diversas/os pesquisadoras/es e estudiosas/os das temáticas de interesse da população brasileira, buscando fortalecer o processo contínuo de resistência da intelectualidade negra engajada na luta por uma sociedade que reconheça e respeite a diversidade étnico-racial e, Oxalá, nos possibilite alcançar a plena cidadania.

Desejamos a todas/os uma prazerosa e proveitosa leitura.

Modupé!